



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς
Journal of Philosophy



n. 47 Janeiro- Abril de 2025

**GASLIGHTING COMO VIOLÊNCIA GRAMATICAL:
UMA LEITURA BASEADA NA EPISTEMOLOGIA
WITTGENSTEINIANA**

Fábio Praxedes¹
UFPE

Marcos Silva²
UFPE

RESUMO: *Gaslighting* pode ser entendido enquanto um tipo de manipulação na qual a vítima é induzida a pôr em dúvida suas próprias percepções e experiências mais básicas e, portanto, sanidade. Para compreender qual a natureza do tipo de dúvida que surge nas vítimas de casos de *gaslighting*, Trächtler (2022) busca explicitar como é possível que alguém seja levado ao desespero ao ser manipulado a suscitar autoquestionamentos sistemáticos sobre assuntos tão fundamentais de sua própria vida. Para tanto, a autora apresenta uma conceituação do *gaslighting* enquanto um tipo de injustiça epistêmica a partir de Fricker (2007). Alinhado a isto, a partir de reflexões epistemológicas inspiradas no *Sobre a Certeza* (1969), obra póstuma de Wittgenstein, Trächtler fornece também uma discussão detalhada sobre a natureza de nossas práticas de duvidar. Aqui defendemos, como Trächtler que os autoquestionamentos induzidos na prática de *gaslighting* de fato violam os limites dos nossos jogos de linguagem cotidianos, especialmente do jogo de linguagem da dúvida. Contudo, consideramos incoerente interpretar que o dano causado nessa prática incida prioritariamente sobre o domínio epistêmico da vítima. Nesse sentido, defenderemos aqui que o fenômeno *gaslighting* deva ser mais adequadamente enquadrado conceitualmente como uma forma de violência gramatical. *Gaslighting* deveria ser tomado, portanto, como um ataque mais gramatical, no sentido wittgensteiniano, que propriamente epistemológico. A partir dessa conceitualização, exploramos as implicações do que chamamos aqui de violência gramatical e apontamos uma possível forma de resistir e se auto-defender, também, gramaticalmente, ao *gaslighting*.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia feminista; *Gaslighting*; Injustiça epistêmica; Violência gramatical; Wittgenstein.

ABSTRACT: Gaslighting can be understood as a type of manipulation in which the victim is led to doubt their most basic perceptions and experiences—and, consequently, their sanity. To grasp the nature of the doubt that arises in victims of gaslighting, Trächtler (2022) seeks to explain how someone can be driven to despair by being manipulated into systematically questioning fundamental aspects of their own life. To this end, the author conceptualizes gaslighting as a form of *epistemic injustice*, drawing on Fricker (2007). Aligning with this, and through epistemological reflections inspired by Wittgenstein's posthumous work *On Certainty* (1969), Trächtler also provides a detailed

¹ Mestrando em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

discussion on the nature of our doubting practices. Here, we argue—along with Trächtler—that the self-questioning induced by gaslighting in fact violates the boundaries of our everyday language games, particularly the language game of doubt. However, we find it inconsistent to interpret the harm caused by this practice as primarily affecting the victim’s *epistemic* domain. In this sense, we will argue that the phenomenon of gaslighting should be more appropriately framed, conceptually, as a form of *grammatical violence*. Gaslighting should thus be understood as a *grammatical* attack (in the Wittgensteinian sense) rather than a strictly epistemological one. Building on this conceptualization, we explore the implications of what we call *grammatical violence* and propose a possible way to resist and defend oneself—grammatically—against gaslighting.

KEYWORDS: Epistemic injustice; Feminist epistemology; Gaslighting; Grammatical violence; Wittgenstein.

“Será que eu não poderia simplesmente estar louco, deixando de duvidar daquilo de que forçosamente deveria duvidar?” (Wittgenstein, 2023, §223)

1 INTRODUÇÃO

Imagine as seguintes situações³:

1. Uma pessoa não-binária AFAB (assigned female at birth, em tradução literal, designada mulher ao nascer), Iara, foi para o aniversário de uma amiga de longa data. Ao chegar na festa, encontrou um antigo namorado, Júlio, que por acaso também era amigo da aniversariante. Apesar de ter ficado desconfortável, ela ainda o cumprimentou e conversou educadamente nos momentos que convinham. Após o fim da festa, quando Iara se encontrou com seu atual namorado, Manuel, eles conversaram sobre como foi o aniversário e ela comentou casualmente sobre o inconveniente de ter se deparado com Júlio.

Após o diálogo, Manuel passou a se comportar de maneira distante e evasiva, algo que fazia frequentemente após discussões, porém, ao ser questionado sobre, respondia ironicamente que não havia nada de errado. Após Iara passar horas tentando dialogar, Manuel enfim decidiu conversar, quando já era perceptível o quão desestabilizada ela estava. Ele explicou que ficou enciumado com o ocorrido, pontuando que ela já deveria saber que não seria uma situação aceitável, argumentando que o problema não era que ele não confiasse nela, mas que ele não confiava nem em Júlio, nem nos amigos dela, pois eles não a protegeriam caso Júlio tentasse algo contra ela.

Nesse cenário, Iara, já bastante abalada com toda situação, explicitou que não sabia que ele estaria lá e que interagiram minimamente, mas ainda assim não via sentido em

³ Ambos exemplos se baseiam em acontecimentos reais, porém nomes e detalhes foram alterados.

desconfiar de seus amigos. Foi então que Manuel passou a fazer reivindicações mais incisivas, acusando-a de não estar sendo razoável com ele, afirmando que, como sempre, ela estava agindo como louca, sendo impaciente, descontrolada e rude. Diante dessas circunstâncias, Iara reconheceu que havia se alterado no decorrer da discussão e, por conta disso, acabou por concordar com as reivindicações de Manuel e pediu desculpas a ele. Esta dinâmica se repetiu em diversas ocasiões. E gradualmente Manuel passou a isolar cada vez mais Iara de seus amigos e passou a ter controle sobre diversos aspectos da vida dela, como o que poderia fazer ao longo do dia, com quem ela podia falar, e também quando e que horas sairia e voltaria para casa.

2. Ângela, uma mulher trans jovem adulta, recentemente conseguiu emprego num estúdio de tatuagem. Aproximadamente um mês após sua contratação, ela começou a se relacionar romanticamente com seu chefe, Bruno, que é um homem mais velho. Após certo tempo saindo juntos, em dado dia depois de uma festa entre amigos e membros do estúdio, Bruno se ofereceu para levar Ângela para dormir em sua casa e ela aceitou, pois já estava tarde e, diferente dela, ele morava perto. Nessa noite, Bruno tentou violentar sexualmente Ângela.

No dia seguinte, ela passou a se comportar de maneira evasiva com relação a Bruno, que ficou pressionando Ângela a falar o motivo da mudança de comportamento dela. Eventualmente, Ângela acabou contando o motivo, explicitamente apontando que o que ele havia feito com ela se tratava de um abuso. Em resposta, Bruno tentou se justificar afirmando que não havia feito o que fez por maldade, e disse que não sabia o que estava fazendo quando tudo aconteceu.

Em função da posição em que Ângela se encontrava no seu emprego, ela optou por não contar o ocorrido a nenhum de seus colegas de trabalho, não denunciar e conviver com Bruno. Apesar disso, Ângela ainda contou para amigos próximos sobre a violência que havia sofrido, e, num primeiro momento, todos ficaram bastante comovidos com o relato dela. Mas na medida em que esses mesmos amigos se aproximaram de Bruno, passaram a destacar o quão divertido ele era, afirmando que não fazia sentido ele ter feito o que fez por maldade, que provavelmente o que aconteceu não passava de um caso isolado e não era algo com que ela devesse levar tão a sério. Nesse contexto, após a gravidade do abuso que sofreu ser questionada, gradualmente Ângela passou a abrir mão da própria avaliação que havia feito da situação, se convencendo de que realmente Bruno não era uma má pessoa e que sua relutância em se reaproximar dele não fazia sentido, ao ponto de voltar a ter uma amizade com ele.

Diante dos exemplos apresentados, podemos notar que ambos podem ser pensados exibindo um tipo de manipulação bastante peculiar e sistemática. Nas situações apresentadas, as vítimas adquiriram uma visão distorcida dos acontecimentos promovida por diferentes agentes em contextos distintos, ambas sendo levadas a deixar de confiar em suas próprias avaliações de acontecimentos vivenciados e de si mesmas. Nesse sentido, vamos assumir que estamos diante de casos que podem ser caracterizados como *gaslighting*. Aqui se trata de uma prática na qual a vítima é manipulada a colocar em dúvida suas próprias percepções, experiências e compreensão de eventos (*APA Dictionary of Psychology*, “gaslight”). Uma prática nociva que recentemente tem sido cada vez mais objeto de reflexões filosóficas em função dos avanços de estudos na área da epistemologia social e feminista.

O termo *gaslighting* se origina em referência a praticar algo semelhante ao que ocorre na peça "*Gas Light*" de Patrick Hamilton de 1938, a qual após seis anos, em 1944, foi adaptada para um filme com o mesmo nome dirigido por George Cukor. Ambas mídias contam a história de um homem que busca encontrar uma fortuna pertencente à falecida tia de sua esposa. Esta fortuna supostamente se encontra na casa na qual o casal acabou de se mudar. O marido procede à procura sem que a esposa saiba da existência dessa fortuna. Para tanto, ele se utiliza de uma série de truques, dentre eles fazer com que as luzes a gás da casa falhem (daí se origina o nome do filme) para fazer com que sua esposa pense estar enlouquecendo⁴ e aos poucos perca confiança em suas próprias capacidades cognitivas. Como consequência, ela deixa de representar uma ameaça ao plano de seu esposo, pois sempre que relatava as estranhas ocorrências ao marido, ele sempre respondia dizendo-a que tudo não passava apenas de sua imaginação, ou coisa semelhante. Dessa forma, a dúvida sistemática e constante do marido provocou o autoquestionamento sistemático e constante da esposa. Isto redundou em um dano psicológico no qual há uma insegurança dela generalizada em fazer sentido das coisas mais básicas de seu cotidiano.

Nesse contexto, no presente trabalho propomos que, apesar de apresentar relevantes elementos epistêmicos e psicológicos⁵, a prática do *gaslighting* pode ser mais adequadamente compreendida como uma forma de violência gramatical, e portanto, lógica, acepção normativa usualmente empregada por Wittgenstein, em seu *Sobre a Certeza* (1969). Faremos o contraste com a leitura apresentada por Trächtler (2022) que a concebe enquanto um tipo de injustiça epistêmica. É importante destacarmos que não negamos os traços epistêmicos e

⁴ Assim como pontuado pela Mckinnon (cf. Mckinnon, 2017, nota 9, p. 2) o termo “enlouquecer” é notadamente um termo capacitista, contudo optamos por utilizá-lo por conta da carga semântica atrelada ao termo ser justamente o que o marido tem como objetivo imputar à sua esposa na obra.

⁵ ver CALEF, V; WEINSHEL, 1981.

injustos da violência sofrida pela vítima. No entanto, acreditamos que estas são consequências de algo, por assim dizer, mais profundo: o ataque sistemático e, em alguns casos, o aniquilamento da gramática de certezas fulcrais da vítima, daquilo que fundamenta sua imagem de mundo, e constitui a sua habilidade de fazer sentido dos aspectos mais cotidianos de sua vida. Para tanto, situamos o debate em um pano de fundo próprio ao assim chamado pragmatismo linguístico tal como presente nos textos tardios de Wittgenstein (1953, 1969). Este será o fio condutor do esforço de enquadrar o fenômeno do *gaslighting* como um tipo de violência gramatical e de investigar algumas consequências desta conceitualização.

A noção motriz da abordagem que propomos sobre o *gaslighting* reside na compreensão wittgensteiniana de uma distinção categorial entre certeza e conhecimento. Wittgenstein parece apontar que onde há conhecimento não temos certeza, e quando há certeza não deveríamos falar de conhecimento. Nesta perspectiva, nossas práticas epistêmicas de justificação de conhecimentos repousam sobre uma gramática, ou seja, um sistema de regras e crenças articuladas que constituem e determinam o sentido de nosso vocabulário epistêmico. Como consequência desta visão wittgensteiniana, temos que nossas certezas possibilitam nossas práticas relacionadas ao jogo da dúvida. Assumindo esta visão, o *gaslighting* aqui poderia, então, ser compreendido enquanto uma prática nefasta na qual alguém é induzido a duvidar de suas crenças mais básicas, ao ponto de questionar sua capacidade de fazer sentido em seus julgamentos. Defenderemos, que os danos do *gaslighting* incidem diretamente sobre nossa gramática, ou seja, na lógica do uso dos nossos conceitos, uma vez que a confiança em tal capacidade de fazer sentido de nossas próprias práticas mais básicas não se dá no âmbito do conhecimento, segundo Wittgenstein, mas, sim, no da certeza.

Dessa forma, argumentamos que o *gaslighting* evidentemente põe em questão elementos epistêmicos, porém o faz na medida em que se esforça por desarticular a rede inferencial de crenças de um indivíduo, em última instância, minando até mesmo sua capacidade de veicular significado e fazer sentido de suas práticas mais cotidianas e do mundo a sua volta. Nesse sentido, o *gaslighting* não deve ser lido apenas como uma prática injusta, como defende Trächtler (2022), mas sim como eminentemente violenta. Ela acarreta danos psicológicos severos, por desarticular ou mesmo aniquilar a gramática da vítima, podendo levar até mesmo a quadros de depressão clínica e ao suicídio⁶. Trata-se, pois, de uma prática violenta de desarticulação de sentido, como defenderemos neste trabalho.

Em outras palavras, compreendemos que o que é atacado no *gaslighting* não é somente a veracidade das crenças de um agente epistêmico, mas principalmente toda uma

⁶ cf. Abramson, 2014, p. 23 e McKinnon, 2017, p.7.

gramática que possibilita a articulação de sentido e significado de nossas práticas mais cotidianas. De modo que reconhecer a violência do *gaslighting* enquanto algo que incide prioritariamente sobre o âmbito epistêmico da vítima se trata de uma visão insuficiente para compreender tal fenômeno. Nesse sentido, os impactos psicológicos nocivos sofridos por uma vítima de *gaslighting* decorrem grandemente do processo contínuo, gradual e sistemático de desarticulação de sua capacidade de articulação de sentido.

Isto posto, nossa argumentação em função da defesa dessa perspectiva se divide em três momentos, um expositivo, um argumentativo e um positivo, respectivamente correspondentes às seções 2, 3 e 4 do presente trabalho. Na seção 2 apresentamos a argumentação de Trächtler (2022) a respeito da conceituação do *gaslighting* enquanto uma forma de injustiça epistêmica e reconstruímos o itinerário wittgensteiniano que a autora apresenta ao caracterizar o tipo de dúvida que surge na vítima de *gaslighting*. Já na seção 3 nos valem das mesmas reflexões wittgensteinianas apresentadas pela autora para apontarmos limitações em sua caracterização do *gaslighting* enquanto um tipo de injustiça epistêmica. Assim, argumentamos a favor da concepção do *gaslighting* enquanto um tipo de violência gramatical e avaliamos algumas implicações derivadas de tal proposta. Em seguida, apresentamos como podemos compreender a possibilidade de resistência ao *gaslighting* enquanto um esforço coletivo de resistência gramatical, evidenciando o caráter comunitário e público dos significados de nossas práticas.

2 GASLIGHTING E O SOBRE A CERTEZA

Em Trächtler (2022), há um importante esforço teórico para 1) enquadrar conceitualmente o *gaslighting* como um tipo de injustiça epistêmica, 2) para caracterizar a dinâmica específica do tipo de questionamento que surge em vítimas de *gaslighting*, e 3) responder como é possível que essas dúvidas epistêmicas levem alguém ao desespero psicológico. Para isso, a autora começa por apresentar diferentes caracterizações do fenômeno do *gaslighting* antes de apresentar sua própria caracterização através da noção de semelhança de família, concebendo-o como uma forma de injustiça epistêmica. Posteriormente, se utilizando de reflexões wittgensteinianas, em grande medida, presentes no *Sobre a Certeza* (1969), Trächtler delimita quais seriam os limites e condições em que nossas práticas de duvidar se dão. Desse modo, distingue e delinea os tipos de dúvidas em que se faz sentido de dentro de nossa gramática, ou seja, conjunto de práticas regradas que fixam o significado de nossas expressões linguísticas, e quais, por outro lado, vão de encontro às normas de nossas

práticas de duvidar. Por fim, a autora conclui aplicando essas reflexões ao tipo de dúvida presente no *gaslighting*, apontando como é possível ir da dúvida ao desespero.

Assim, para apresentar a argumentação da autora, esta seção está dividida em duas subseções. Na subseção 2.1 abordamos como Trächtler compreende o fenômeno do *gaslighting* e de que forma a filósofa o considera como um tipo de injustiça epistêmica. Já na subseção 2.2, apresentamos o itinerário wittgensteiniano percorrido pela autora de reflexões acerca dos tipos, condições e limites de nossas práticas de duvidar, reconstruindo a argumentação apresentada a respeito do mecanismo de geração de dúvida sistêmica no fenômeno de *gaslighting*.

2.1 GASLIGHTING ENQUANTO UM TIPO DE INJUSTIÇA EPISTÊMICA

Trächtler (2022) examina o fenômeno do *gaslighting* a partir do posicionamento apresentado por Kate Abramson em seu célebre artigo *Turning Up the Lights on Gaslighting* (2014). Neste, Abramson se mostra criticamente resistente a uma conceituação do *gaslighting* enquanto um tipo de injustiça testemunhal, um dos tipos de injustiça epistêmica apresentado por Fricker. Nesse sentido, Trächtler concorda que certos casos de *gaslighting* podem ser adequadamente abarcados pela compreensão de injustiça testemunhal apresentada por Fricker, a saber, a compreensão de tal injustiça ocorre “if and only if she [the victim] receives a credibility deficit owing to identity prejudice in the hearer; so the central case of testimonial injustice is identity-prejudicial credibility deficit” (2007, p. 28. apud. Trächtler, *ibid.*, p. 79). Contudo, esta concepção parece não fazer justiça à complexidade e às nuances que o fenômeno apresenta⁷. Apesar de podermos analisar o exemplo 2 que fornecemos na introdução como se tratando de uma injustiça testemunhal, o *gaslighting* não necessariamente versa sobre a descredibilização de relatos de experiências pessoais.

Nessa perspectiva, pode-se argumentar que o significado do conceito *gaslighting* deveria ser melhor compreendido através da noção wittgensteiniana de semelhança de família. Isto quer dizer que não devemos buscar o conjunto de características necessárias e suficientes que fariam com que fôssemos capazes de abarcar o fenômeno por completo em uma definição, mas que devemos nos ater a uma caracterização útil que abarca uma multiplicidade de casos relevantes apontando para uma série de características variadas e recorrentes, entretanto não necessariamente fixas (cf. Trächtler, 2022, p. 81). Dessa forma, apesar de não

⁷ É interessante notar que Trächtler reconhece que o objetivo inicial da Fricker na elaboração do conceito de injustiça epistêmica era lidar com um tipo de injustiça mais sutil, tácito, que não necessariamente abrangeria algo como o *gaslighting*, como a própria Fricker comenta em *Evolving Concepts of Epistemic Injustice* (2017).

reconhecer que o *gaslighting* deva ser compreendido caracteristicamente como um tipo de injustiça testemunhal no sentido frickeriano, Trächtler concorda em enquadrar tal prática no conceito de injustiça epistêmica frickeriano, conceito esse que compreende a noção de injustiça epistêmica como consistindo “ in a wrong done to someone specifically in their capacity as a knower” (Fricker, 2007, p. 1).

Desse modo, nas palavras da autora:

“Gaslighting can be seen as *characteristically* involving a form of epistemic injustice, namely insofar as in gaslighting, a person is manipulated into doubting their own understanding of reality and is thereby harmed “specifically in their capacity as a knower” (ibid., p. 1)” (Trächtler, 2022, p. 81, grifo da autora).

Assim, Trächtler se esforça por caracterizar o *gaslighting* enquanto um tipo de injustiça epistêmica, mas que não *necessariamente* se trata de uma injustiça testemunhal⁸, de maneira que tanto o exemplo de Iara, quanto de Ângela, podem ser adequadamente compreendidos não somente enquanto casos de *gaslighting*, mas também de injustiça epistêmica.

Uma vez que a autora reconhece o *gaslighting* enquanto um tipo de injustiça, as dimensões éticas e políticas dessa prática se tornam proeminentes, de maneira que, se valendo de reflexões apresentadas por Abramson (2014), se destaca a presença de algum quadro de assimetria entre as partes envolvidas. Isto desempenha um papel crucial para que casos de *gaslighting* possam ocorrer (Abramson, 2014, p. 19). Nesse sentido, indivíduos atravessados por marcadores sociais diversos estão mais ou menos suscetíveis a experienciar o *gaslighting* de maneira interseccional relativa a suas próprias peculiaridades.

Com isso, torna-se possível compreender de que forma esse tipo de injustiça está fortemente atrelada ao sexismo e à misoginia, posto que, apesar do *gaslighting* não necessariamente ser sexista ou misógino, esse tipo de assimetria de poder decorrente desses preconceitos é tão pervasivo em nossas práticas sociais que caracteristicamente são uma das principais ferramentas que o *gaslighter* se utiliza, conscientemente ou não, como vantagem sobre seu alvo⁹. Dessa forma, é imprescindível compreender, dentre outros fatores, o papel que as transgeneridades de Ângela e Iara nos exemplos 1 e 2, em oposição a cisgeneridade

⁸ Apesar dessa discordância, é importante salientar que a própria Trächtler destaca a relevância do conceito de injustiça testemunhal para compreensão de certos casos de *gaslighting* que envolvem a descredibilização de um testemunho em função da presença de um preconceito no ouvinte, como o caso abordado em McKinnon 2017.

⁹ Optamos por utilizar também o termo “alvo” e não somente o termo “vítima” na caracterização do fenômeno do *gaslighting* por este último pode parecer implicar que toda vez que o *gaslighter* atua, ele de fato é eficiente em vitimar alguém. Contudo, ao concebermos que o *gaslighter* possui um alvo, ele pode errar o alvo, ou o alvo pode não ser “vitimado” por ser muito resistente.

masculina de Manuel e Bruno, desempenharam para que ambas fossem vitimadas com sucesso.

Uma vez articulada a relação entre *gaslighting* e injustiça epistêmica feita por Trächter (2022), na seção seguinte apresentaremos sua análise sobre nossas práticas de duvidar, baseadas em reflexões wittgensteinianas acerca de epistmeologia, para posteriormente aplicar tais reflexões ao contexto do *gaslighting*.

2.2 CONDIÇÕES, LIMITES E TIPOS DE DÚVIDA: PAVIMENTANDO O CAMINHO RUMO AO DESESPERO

Para que possamos compreender como é possível que a partir do surgimento de certas dúvidas em uma vítima de *gaslighting* a mesma acabe por ser levada ao desespero, Trächtler nos apresenta uma série de reflexões wittgensteinianas na tentativa de apontar de que modo o *gaslighting* se relaciona com nossas práticas cotidianas de duvidar. Para tanto, a autora parte das objeções de Wittgenstein em relação aos truísmos apresentados por G. E. Moore presentes nos textos *Uma Defesa do Senso Comum* (1925) e *Prova de um Mundo Exterior* (1936), tais como “existe presentemente um corpo humano vivo, que é o meu corpo.”, “este corpo nasceu há algum tempo no passado, e existiu continuamente desde então.” e “sou um ser humano”.

Todos esses truísmos, dentre muitos outros, Moore afirma saber, com certeza, serem verdadeiros, de modo a apresentar a expressão epistêmica “Eu sei que...” antecedendo cada uma dessas sentenças como justificativa e garantia adequadas da certeza de seu conhecimento; com esse tipo de afirmação Moore espera impedir a formulação de conclusões céticas a respeito do mundo. Estimulado fortemente por esses textos de Moore, Wittgenstein escreveu uma série de anotações contendo investigações que foram postumamente publicadas sob o título *Sobre a Certeza*.

Dentre outros tópicos, o principal ponto de Wittgenstein, em objeção aos truísmos apresentados por Moore, era a respeito do uso da expressão epistêmica “eu sei” onde já não se estava mais a falar sobre conhecimento. Para Wittgenstein, há uma diferença categorial entre certeza e conhecimento, como afirma Moyal-Sharrock: “He [Wittgenstein] takes Moore to task for confusing knowledge with the non-epistemic brand of conviction that logically underlies it, and he drives a categorial wedge between them: “‘Knowledge’ and ‘certainty’ belong to different categories” (OC §308)” (2017, p. 548). Assim, tanto certos céticos ao afirmarem não ser possível conhecermos nada, quanto pensadores como Moore, que afirma

ser plenamente possível *saber* com *certeza* coisas a respeito do mundo, ambos estão confundindo duas categorias distintas¹⁰.

Desse modo, poder-se-ia apontar que, assim como argumentado por Wittgenstein, em circunstâncias cotidianas, o tipo de sentença que Moore diz conhecer com certeza nem sequer chega a ser algo que faz sentido ser posto em dúvida. Ademais, não só não é posto em dúvida, como também pode-se considerar um critério de razoabilidade não por tais coisas em questão. Isto acontece porque o nosso jogo de linguagem de duvidar, ou seja, em nossas práticas regradas epistêmicas que articulam e fixam o significado do usos de nossos expressões epistêmicas como “eu sei que” ou “eu tenho certeza que”, para que possamos duvidar de algo, é preciso que certas outras coisas estejam isentas de dúvida, ou sejam, tomadas como certas.

Nesse sentido, Trächtler enfatiza duas características que julga serem principais relativas à noção de que o próprio ato de duvidar, pressupõe certeza. Primeiramente, ela aponta que para que possamos suscitar qualquer dúvida que seja, é preciso que algo permaneça fixo, estável, de modo a viabilizar a própria prática da dúvida. Assim uma dúvida que tentasse pôr tudo em questão, não seria logicamente possível, ou seja, violaria as regras que fixam e articulam o significado de nossas práticas. Alinhado a esta visão, pode-se defender que a dúvida hiperbólica cartesiana só pôde alcançar o *cogito* por ter isentado de dúvidas o significado das próprias palavras, e, portanto, das suas regras constitutivas de seu uso, que se valeu no decorrer de sua dúvida.

Neste contexto, Trächler também defende que não somente para que haja dúvidas é necessário que haja algo que permaneça isento de dúvida, mas também que *certas* dúvidas pressupõem logicamente *certas* outras certezas. Assim afirma a filósofa, ao discutir as dúvidas céticas totalmente abrangentes: “particular certainties are logically presupposed by particular questions and doubts corresponding to or correlating with them [...]” (Trächter, 2022, p. 85). Desse modo, a autora pontua que nossas dúvidas só possuem significado uma vez que se localizam e são cabíveis em nosso quadro de referências ou no nosso sistema de crenças.

Ao passo que destaca essas características, podemos notar que a crítica tecida por Wittgenstein aos truísmos apresentados por Moore reside em apontar o mau uso realizado da expressão epistêmica “eu sei que”, uma vez que Moore afirma sistematicamente que “sabe

¹⁰ Nesse sentido, partilhamos da leitura apresentada por Moyal-Sharrock (2017), a qual compreende, por um lado, hinges ou certezas fulcrais enquanto não-epistêmicas e, por outro lado, verdade ou conhecimento verdadeiro em seu sentido tradicional, isto é, enquanto crença verdadeira justificada.

com certeza” o tipo de proposição que está afirmando. Moore acredita que essas proposições são truísmos conhecidos por ele com certeza, já Wittgenstein explicita que elas possuem um estatuto lógico-gramatical, isto é, servem de parâmetro para fixação do significado de nosso vocabulário através do uso regrado que fazemos de expressões linguísticas. A verdade de proposições tais como as elencadas por Moore não se apresenta como uma questão significativa cotidianamente, pois sua verdade pertence ao nosso sistema de referências (cf. Wittgenstein, 2023, §83).

Assim, na medida em que essas proposições desempenham um papel fundamental em nossa práticas concernentes a nosso jogo de linguagem, Trächtler destaca que:

For, that which is fixed for us, those hinges on which our doubts first turn, are, among other things, such fundamental assumptions as Moore lists in his *Defence of the Common Sense*: although we do not explicitly learn such propositions as “I am a human being”, they form a “nest” of interwoven, fundamental beliefs, they are concluding points of doubt and justification and describe our *world picture*. (Trächtler, 2022, p. 85, grifo da autora).

Dessa forma, o que Moore faz ao listar uma série de proposições que crê serem verdadeiras com certeza, é tentar atribuir um estatuto epistêmico a proposições que não se encontram no âmbito do conhecimento em nossas práticas cotidianas, mas formam o quadro de referências, a imagem de mundo na qual nossas práticas epistêmicas ocorrem.

Diante disso, Trächtler prossegue ao ressaltar que caso alguém tentasse duvidar das hinges¹¹ que descrevem a nossa imagem de mundo, isso sequer seria reconhecido enquanto uma dúvida legítima, mas antes como “loucura”. A autora utiliza um exemplo do próprio Wittgenstein, no qual o filósofo nos apresenta o seguinte cenário: “se alguém me dissesse que duvidava de que tem um corpo, eu o consideraria meio louco. Eu não saberia, porém, o que significaria convencê-lo de que tem um corpo. E se eu dissesse algo, e isso então afastasse sua dúvida, então não saberia como nem por quê” (2023, §257). Que tipo de justificativa poderíamos oferecer para essa pessoa? Será que entendemos realmente o que ela quer dizer com duvidar que possui um corpo? Esse tipo de questionamento viola nossa gramática, nossos critérios de fixação de significado e, conseqüentemente, interdita nossa capacidade de fazer sentido, pelas regras públicas, do uso de expressões linguísticas.

Nesse exemplo, a autora aponta para a impossibilidade de convencermos essa pessoa, ou caso a convencêssemos de que possui um corpo, não saberíamos dizer como isso foi possível, uma vez que não sabemos o que conta como justificação para uma dúvida que

¹¹ Optamos por não traduzir o termo, pois não queremos, neste trabalho, nos comprometer com as diferenças conceituais decorrentes da escolha entre “certezas fulcrais”, “proposições eixo”, “proposições dobradiças” e variantes.

questiona o que geralmente tomamos como certo em nossas justificações. O que está sendo posto em dúvida nessa questão está, em certo sentido, fora de nossas práticas epistêmicas, porque antes deve constituir o quadro de referência onde essas práticas ocorrem. Sobre esse ponto argumenta Trächtler: “what counts in each case as a reason and argument, or as sufficient check, in relation to a belief or a state of affairs, is admittedly justified insofar as the propositions of our world picture do not constitute “single axioms” but form “a system in which consequences and premises give one another mutual support” (OC, 142)” (Trächtler, p. 87).

Isto posto, Trächtler defende, em seguida, que na medida em que não obtivemos nossa imagem de mundo por nos convenceremos de sua correção, mas por termos sido introduzidos nela, reafirmações de nossas certezas não fariam com que o grau aumentasse do quanto consideramos algo certo. Em outras palavras, reafirmar o que nos parece ser truísmo não necessariamente vai tornar uma certeza mais certa para nós ou para um interlocutor. Para exemplificar isso, a autora argumenta que não ficamos cada vez mais convencidos de que o resultado de uma equação é certo proporcionalmente ao número de vezes que checamos se cometemos um erro, mas nos satisfazemos checando algumas vezes e tomamos o resultado do cálculo como certo, mesmo onde um erro ainda seria possível. O mesmo pode ser dito quando estamos em dúvida se ao sairmos de casa, deixamos a porta trancada ou não, basta checar uma ou duas vezes e geralmente nos satisfazemos. Para que nossas dúvidas tenham a possibilidade de ser compreendidas e, eventualmente, sanadas, é preciso que a dúvida em questão faça sentido de ser suscitada no interior de nossa gramática, ou seja, é preciso que seja considerado razoável que alguém tenha tal dúvida dado certo quadro de referências, uma vez que o que serve ou não como justificativa depende das *hinges* que constituem nossa imagem de mundo.

De maneira que se alguém colocasse sistematicamente algo em dúvida e não se satisfizesse com o que geralmente consideramos como justificativa suficiente para sanar nossas dúvidas, para nós essa pessoa estaria apresentando um quadro patológico ou se trataria, possivelmente, de um filósofo. Por exemplo, se alguém pusesse em dúvida a existência de uma determinada árvore em nossa frente, poderíamos entender que isso significa algo como “está nublado e não sei se aquela silhueta é de uma árvore”. Poderíamos simplesmente nos aproximarmos da árvore e tocá-la para sanar essa dúvida, mas caso a dúvida persistisse e descobríssemos que, em verdade, o questionamento significa algo como “eu não sei se árvores existem objetivamente fora da minha mente” entenderíamos que essa pessoa talvez apresente um quadro de alucinação, ou apenas esteja trazendo uma questão filosófica.

Nesses termos, a Trächtler pontua que o tipo de argumento que o Moore apresenta na *Prova de Um Mundo Exterior* para impedir questionamentos céticos a respeito da existência de um mundo externo não satisfaz esse tipo de questionamento, pois a premissa a qual Moore se vale “eis aqui uma mão” toma como previamente certo justamente aquilo que ele está tentando provar. Analogamente, em dúvidas céticas nas quais o que está sendo posto em questão são certezas que fazem parte da nossa gramática, nós não sabemos o que contaria como justificção válida para sanar esse tipo de questionamento.

Ao colocarmos em questão os próprios critérios que utilizamos para justificar nossas dúvidas e embasar nossas práticas epistêmicas, desarticulamos a própria possibilidade de justificção e não sabemos sequer se ainda estamos falando de uma dúvida legítima, como a autora afirma no seguinte trecho: “when, as in the case of sceptical doubt, our hinges and thus the framework of our epistemic practices are radically questioned, the whole structure in which consequences and premises mutually support each other begins to crumble” (ibid., p. 89). Em função dessa visão, a autora prossegue por argumentar da seguinte forma:

[...] As a result, it is fundamentally no longer clear what counts as evidence and what does not, *what* is to be tested by *what*, and consequently, it is also unclear, how the sceptical doubts could be remedied – this is what Wittgenstein means when he says that *something* must be certain in order to be able to doubt at all (cf. OC, 115). (ibid., grifo da autora)

Em outras palavras, o que Trächtler está apontando é precisamente para a necessidade da fixação de critérios para que possamos fornecer justificativas a favor ou contra algo. Ao passo que nas dúvidas céticas colocamos em dúvida justamente esses critérios, não mais temos parâmetros fixos para decidir o que poderia ser considerado uma justificativa válida ou não, o que serviria de teste adequado ou não para sanar a dúvida em questão. Nesse sentido, a autora conclui ao argumentar que pelo fato da dúvida cética não poder ser sanada por princípio, então sequer estaríamos falando de dúvida nesse caso, como afirma em: “[...] if a doubt is such that it cannot be remedied in principle, then it is actually no longer possible to speak meaningfully of a ‘doubt’ here” (Trächtler, 2022, p. 89).

Assim, a filósofa nos apresenta de que forma o tipo de dúvida evocada por certos pensadores céticos não faz sentido na medida que se choca diretamente com os limites gramaticais das nossas práticas epistêmicas, ou seja, os limites que articulam o sentido do uso de expressões linguísticas, minando o próprio solo sobre o qual nossas dúvidas se apoiam.

A partir do que foi exposto, Trächtler destaca que filósofos e pessoas que supostamente apresentam alguma patologia possam ter como objeto de dúvida as mesmas coisas, tal como a existência de seu próprio corpo. No entanto, o filósofo não vai ser

considerado louco. Numa situação cotidiana, esse tipo de pergunta, acerca da existência de seu próprio corpo, uma vez evocada, dificilmente seria respondida a sério, talvez sequer entenderíamos como uma pergunta, ou seja, provavelmente não entenderíamos o sentido da pergunta em contextos usuais. Contudo em um contexto filosófico, não só talvez levássemos a sério o questionamento acerca da existência do próprio corpo ou do mundo externo, como quiséssemos tentar responder e justificar nossa resposta tal como Moore, Descartes e Kant fizeram, respectivamente, na *Prova de Um Mundo Exterior*, nas *Meditações sobre filosofia primeira* e no prefácio da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*. Vale lembrar que Kant chega a afirmar que “não deixa de ser um escândalo para a filosofia e para o senso comum em geral que se admita apenas a título de crença a existência das coisas exteriores a nós” (Kant, 2001, BXXXIX nota).

Assim, Trächtler nos apresenta uma classificação de nossas dúvidas já aludida pelo próprio Wittgenstein, a saber: dúvidas práticas e dúvidas filosóficas, ou teóricas¹². As dúvidas práticas, como “será que deixei a porta trancada ao sair de casa?”, seriam aquelas que caracteristicamente surgem de maneira não arbitrária ou artificial, isto é, não nos propomos ativamente a suscitar a dúvida. Além disso, esse tipo de dúvida possui consequências práticas, geralmente há alguma hesitação, mas o que é colocado em questão tende a ser algo específico e respondível, como se um evento ou ocorreu ou não, ou algum detalhe de um acontecimento, ou coisa equivalentes e mais triviais.

Já uma dúvida teórica, tende a ser articulada de maneira arbitrária, onde nós decidimos deliberadamente questionar algo, geralmente manifestando-se através de uma investigação sistemática, e muitas vezes o objeto de dúvidas desse tipo tende a ser mais amplo, como em dúvidas do tipo “Será que cores são propriedades intrínsecas dos objetos?” ou “Qual o fundamento da confiança em nossas capacidades cognitivas?”. Ademais, usualmente esse tipo de dúvida não possui consequências em nossas ações, se questionamos sistematicamente dúvidas como as exemplificadas anteriormente, geralmente isso não representa nenhum empecilho para nossas atividades cotidianas, não apresentam implicações práticas.

Ademais, é importante destacar que a fronteira entre ambos os tipos de dúvidas não são rigidamente delimitadas e podem relacionar-se entre si, de modo a uma dúvida prática ocasionar uma dúvida teórica e vice versa. Entretanto, apesar das distinções, ambos tipos de questionamentos podem ter como objeto coisas que são razoáveis de serem postas em dúvidas

¹² A autora também utiliza “teórica” para se referir às “dúvidas filosóficas” na tentativa de abarcar dúvidas concernentes a outras áreas do conhecimento, apesar de reconhecer que as questões as quais o Wittgenstein se refere com esse termo serem de cunho cético concernentes à filosofia.

caso encaradas a partir de nossa gramática, ou seja, a partir do conjunto de regras que articulam o significado de nossas práticas. As próprias hingses que articulam nossa gramática poderiam ser postas em dúvidas também. Nesta interpretação, o tipo de dúvida que os céticos suscitam seria uma espécie de dúvida teórica que questiona nossas próprias hingses, de modo a violar nossa gramática. Isto faz com que esse tipo de questionamento seja sem sentido, pois por mais que tentemos pôr em dúvida algo, como a possibilidade do conhecimento, seguindo a argumentação wittgensteiniana, algo tem que se manter fixo e estável para que qualquer justificação ocorra. Afinal um cético não se desespera por não saber com certeza se o mundo externo, ou o chão a sua volta, existe ou não.

Por outro lado, no caso de uma dúvida prática que põe em questão alguma *hinge*, há efeitos práticos também. Se, por uma série de motivos, fossemos levados a pôr em dúvida a nossa confiança em nossa própria capacidade de poder avaliar corretamente situações, nossos próprios sentimentos, ou nossa capacidade cognitiva, as implicações poderiam, de fato, ser devastadoras, ao ponto de perdermos nosso “[...]sense of independent moral standing, and for a time, even some of... [our] ability to engage in the deliberations constitutive of that independent standing.” (Abramson, 2014, p. 23).

Esse tipo de questionamento faria com que uma série de outras hingses inferencialmente articuladas com as que estamos questionando começassem a ser atacadas em cadeia. Se, por exemplo, sistematicamente colocássemos em dúvida a confiança que temos em nossa percepção, nossa confiança em nossa memória e capacidade de avaliar experiências também estariam comprometidas por estarem interligadas. Em última instância, a nossa confiança em nossa capacidade de fazer sentido seria abalada, uma vez que o conjunto dessas hingses formam um ninho protetor ao qual nos atermos e que possibilita nossas práticas linguísticas (Wittgenstein, 1969, §225).

Em uma situação como essa nos encontramos extremamente abalados e suscetíveis a manipulações, posto que ainda que coloquemos sob suspeita nossa confiança em certas *hinges*, instintivamente tendemos a nos manter abertos a argumentos futuros. Segundo Trächler (2022):

Even if certain basic assumptions are exempt from doubt, remaining accessible to further arguments is not only an essential presupposition for epistemic discourse and our ‘reasonableness’, but for our life and survival as a whole, for indeed appearances are sometimes deceptive and indeed we sometimes judge wrongly. But remaining accessible to further arguments can also be exploited when theoretical doubts are used (knowingly or unknowingly) to manipulate and unsettle people. (Trächler, 2022, p. 93).

Retomando o contexto que apresentamos nos exemplos 1 e 2, em ambos os casos as vítimas tiveram que passar por um longo processo de reiteradamente pôr-se em dúvida. No caso de Iara, no exemplo 1, sua confiança em sua própria capacidade de avaliar situações de maneira adequada gradativamente foi sendo minada pela estratégia de Manuel de repetidamente a colocar em uma situação na qual ela fique abalada e acabe se exaltando, para, então, usar isso como argumento para deslegitimar qualquer objeção suscitada por Iara. Já no exemplo 2, Ângela viu a gravidade de sua experiência de ter sido abusada ser gradativamente minimizada tanto pelo abusador, quanto por seus amigos mais íntimos. Isto a levou a sequer ver sentido na repulsa que sentia por Bruno e aos poucos acabou por se reaproximar dele.

Diante do exposto, finalmente estamos aptos a compreender como é possível que em casos de *gaslighting*, a vítima seja levada ao desespero a partir das dúvidas que a acometem. As dúvidas reiteradas que surgem em decorrência do *gaslighting*, como possivelmente “será que faz sentido eu me sentir assim nessa situação?” no caso de Ângela e “será que não faz sentido confiar mais nele do que em mim mesma, já que ele só quer o meu bem?” no caso de Iara, são dúvidas que apresentam seríssimas implicações práticas. Com efeito, isto pode levar à perda da autonomia da vítima (Abramson, 2014), o que, por seu turno, acaba por comprometer diversos aspectos da vivência da vítima. Além disso, na medida em que não se tratam de questionamentos deliberadamente realizados, mas sim não-arbitrários, podemos compreender que no *gaslighting* nos deparamos com um tipo de dúvida prática a respeito de nossas próprias hinged.

O tipo de questionamento prático decorrente dessa prática difere radicalmente de nossas dúvidas cotidianas ao versar sobre questões mais gerais e que usualmente não seriam consideradas como algo razoável de ser posto em dúvida. Segundo Trächtler, no *gaslighting* o que é posto em dúvida é justamente a experiência e julgamentos da vítima. Isto pode ser percebido em frases comumente utilizadas nesta prática, como em “você está ficando louca”, “você está imaginando coisas” ou “você é muito sensível”. Dessa forma, as dúvidas presentes no *gaslighting* se assemelham bastante ao tipo de dúvida suscitada por céticos, mas diferem precisamente na arbitrariedade e intenção por trás desse tipo de questionamento.

Apesar da semelhança com dúvidas céticas, no *gaslighting*, em função de dinâmicas assimétricas de poder e influência, geralmente ocorre que a vítima não consegue resistir e repreender uma pessoa que tente colocá-la em estado sistemático de dúvida retrucando com um “Isso não faz sentido!”. No *gaslighting*, a gramática na qual nossas práticas epistêmicas se baseiam é violada na medida em que questiona-se justamente o que viabiliza qualquer possível justificação. Segundo Trächtler,

A language game, such as the discussion of whether a certain event has taken place or how a certain fact is to be evaluated, is only possible if the speakers rely on fundamental certainties, such as the sensory perceptions, memories and other cognitive abilities of their counterpart. If this is challenged, as in gaslighting, the language game's rules of ordinary discussions, which are defined by the framework of our epistemic practices, are violated: in a sense, it is playing 'unfairly'—and this is why gaslighting is an injustice of an epistemic nature. (Trächtler, 2022. p. 95).

Assim, a filósofa caracteriza a dinâmica do *gaslighting* como um tipo de injustiça epistêmica. E examina, posteriormente, se chegamos a esse mesmo tipo de questionamento através de uma dúvida sistemática que leva em conta, por exemplo, ocasiões frequentes em que julguei situações de maneira equivocada ou me enganei com relação a experiências pessoais. Contudo, nesses casos não somos levados a questionar diversos aspectos de nosso sistema de crenças simultaneamente, mas pontos isolados cujas dúvidas estejam relacionadas. E assim, mesmo que estejamos nos movendo sobre o solo de nossa gramática, estas dúvidas são eventualmente sanadas.

Num caso de *gaslighting*, é de se destacar que um dos principais fatores que fazem com que seja possível o questionamento simultâneo e sistemático de diversas das nossas crenças é o fato de que julgamos em concordância com outras pessoas, ou seja, há claramente um fator social em nossos julgamentos. Se nossos julgamentos divergem sistematicamente de um grupo próximo e que confiamos, tomamos isto como um sinal de que podemos estar errados. Nosso conhecimento pode ser entendido como baseado no reconhecimento mútuo de outros agentes e instituições. Mas vale notar, que para que aconteça o fenômeno do *gaslighting*, não é necessário que *todos* os outros agentes estejam de acordo com as reivindicações do agressor, mas basta que, no meu ambiente, um grupo de confiança próximo a mim, ou mesmo um parceiro romântico no qual deposito uma forte carga emocional, ressoe os questionamentos. Nesse cenário, estaríamos fortemente propensos a involuntariamente pôr em dúvida nossas próprias crenças, inclusive as mais básicas. Segundo Trächler,

if one's own views are repeatedly and over a longer period of time exposed to contradiction by certain authorities, by persons close to one, by socially prevailing views and norms, or altogether by the social environment, in short: "If I were contradicted on all sides [...], then in that case the foundation of all judging would be taken away from me" (OC, 614), so that in such cases self-doubt *involuntarily* arises. (Trächtler, 2022 p. 96-97, grifo da autora)

Além disso, vale notar que usualmente a vítima de *gaslighting* é exposta aos mesmos tipos de questionamentos repetidas vezes de maneira sistemática por um longo período de tempo por agentes no ambiente que a cerca, de modo que esse ambiente pode ser manipulado pelo agressor. Alinhado a isto, o agressor também pode isolar a vítima de outras fontes de

validação externa, deixando-a ainda mais vulnerável. Nesse sentido, Trächtler faz eco a algo apontado pela Abramson (2014), a saber, que apesar do *gaslighting* não ser um tipo de injustiça que afeta exclusivamente mulheres, elas estão mais suscetíveis a serem vítimas de *gaslighting*. Isto tem relação com o fato de mulheres e identidades de gênero que divergem da masculinidade branca cis-hetero-normativa se encontrarem usualmente mais propensas a colocarem em dúvida a validade de suas próprias capacidades cognitivas, experiências e avaliação de experiências. Nesse contexto, as normas sociais permeadas de preconceito que estruturam nossa sociedade desempenham um papel crucial para que ocorram casos de *gaslighting*¹³.

Uma vez que compreendemos que as dúvidas provocadas pelo *gaslighter* se manifestam enquanto dúvidas práticas em seu alvo, nos encontramos com ferramentas conceituais suficientes para compreendermos como é possível que a vítima possa, dessa situação, ser levada ao desespero. Na dinâmica do *gaslighting*, o que é colocado em dúvida são as certezas da vítima, dentre elas, algumas fundamentais. Esta prática tem como consequência inviabilizar nossas práticas, uma vez que ao levarmos em consideração de maneira séria um questionamento acerca de alguma dessas certezas, diversas outras certezas são minadas e desarticuladas simultaneamente, posto que nossas crenças se organizam de forma sistemática. Segundo Trächtler (2022): “In other words, “[w]hat I hold fast to is not *one* proposition but a nest of propositions” (OC, 225). This nest structure of fundamental beliefs and certainties means that one cannot depart from or doubt one of these without ‘toppling’ all the others interwoven with it [...]” (p. 98).

Ao passo que o nosso sistema de crenças encontra-se posto em dúvida em um caso como o do *gaslighting*, nossos conhecimentos e potenciais justificativas não parecem mais razoáveis, pois o próprio fundamento destas nos escapa, assim Trächtler explicita que: “When it is no longer clear what can be known at all, what can be relied on at all, the point is reached where doubts (*Zweifel*) that presuppose something as certain and can be remedied turn into despair (*Ver-zweiflung*).” (ibid., p. 99, grifo da aurora). Nesse contexto, assim como a autora aponta, habilmente, para o fato da palavra “desespero” em alemão ter como raiz a palavra “dúvida”. Assim fica claro como é possível que uma pessoa chegue a se desesperar ao experienciar um caso de *gaslighting*: desesperando-se por se encontrar em um nível de

¹³Sobre esse assunto, destacamos como exemplos de abordagens do fenômeno do *gaslighting* que enfatizam quadros de preconceitos estruturais os seguintes textos: *Cultural Gaslighting* (Ruiz, 2020), *Racial gaslighting* (Davis e Ernst, 2019) e *Gaslighting, Misogyny, and Psychological Oppression* (Stark, 2019).

profunda dúvida. Esta caracterização, de fato, vai ao encontro do relato de muitas vítimas dessa injustiça.

3 SERÁ *GASLIGHTING* UM TIPO DE INJUSTIÇA EPISTÊMICA?

Nesta seção argumentamos que a proposta da Trächtler de conceituação do *gaslighting* enquanto um tipo de injustiça epistêmica se apresenta como incoerente em relação às suas próprias reflexões wittgensteinianas a respeito da maneira que nossas dúvidas funcionam. Em outras palavras, as dificuldades conceituais decorrentes da visão fornecida pela autora parecem ir de encontro à noção de uma distinção categorial entre certeza e conhecimento. Esta distinção evidencia que na medida em que tratamos diretamente de certezas, em uma visão wittgensteiniana, não tratamos de conhecimento e vice-versa, uma vez que certeza não implica conhecimento, assim como conhecimento não implica certeza. Para fundamentarmos este ponto, assim como Trächler, iremos nos valer do *Sobre a Certeza* (1969) para apontar as incongruências entre as reflexões realizadas pela autora e sua conceituação. Além disso, a fim de propor uma melhor compreensão do fenômeno do *gaslighting*, defenderemos que o *gaslighting* pode ser conceituado mais adequadamente ao ser concebido não como uma injustiça, mas enquanto uma violência que, apesar de ter uma série de consequências epistêmicas, incide enfaticamente sobre nossa gramática, ou seja, na maneira como veiculamos sentido através do uso regrado de expressões em nossas práticas linguísticas. Assim, para que pensemos em uma possível forma de resistência a uma tentativa de *gaslighting*, é preciso que nos atentemos ao caráter público e coletivo de nossa gramática, i.e. do conjunto de regras que nos permite articular e fixar o significado de nossas práticas.

3.1 DIFICULDADES CONCEITUAIS DA CONCEPÇÃO DO *GASLIGHTING* ENQUANTO INJUSTIÇA EPISTÊMICA

A partir da noção frickeriana de injustiça epistêmica, Trächtler defende, dentre outras coisas, que o *gaslighting* deva se enquadrar nesse tipo de injustiça. Entretanto, na medida que a filósofa localiza o tipo de dúvida que ocorre no *gaslighting* como atacando e desarticulando diretamente nossas certezas, notadamente há um descompasso entre sua argumentação e sua conclusão. De modo que, nos chama atenção o esforço que a autora apresenta em diversas passagens por reivindicar a distinção categorial apontada por Wittgenstein entre certeza e conhecimento, para concluir que o *gaslighting* caracteristicamente deva ser compreendido enquanto um dano epistêmico e não gramatical.

A autora explicita em diversas passagens já apontadas acima que a causa dos danos epistêmicos presentes numa vítima de *gaslighting* são decorrentes do desmoronamento de todo seu sistema de crenças simultaneamente, e não de discordâncias pontuais e isoladas sobre dúvidas metodológicas. Na dinâmica do *gaslighting*, as regras que fundamentam nosso jogo de linguagem do cotidiano são desarticuladas, e *consequentemente*, nossas justificações também são desarticuladas, perdem o sentido. Nossas práticas, no fenômeno do *gaslighting*, se encontram inviabilizadas por não sabermos mais o que poderia contar como evidência ou justificação legítima, e mesmo o que pode ser entendido como verdadeiro ou falso. Assim, retomando o exemplo 1, na medida que Iara gradativamente passou a depositar cada vez menos confiança em si própria, dedicando-a quase que exclusivamente a Manuel, para que um argumento ou sentimento apresentado por ela fosse sequer visto como válido, ou adequado, era preciso que seu parceiro reconhecesse como válido.

Do contrário, caso conseguíssemos repreender o *gaslighter* simplesmente explicitando o quão sem sentido é colocar em questão coisas como a confiança de alguém em suas próprias crenças mais básicas, conseguiríamos manter nossa filiação a nossas certezas e assim nos movimentaríamos apenas no âmbito epistêmico. Assim, no caso de Ângela, no contexto do exemplo 2, se ela tivesse repreendido seus amigos afirmando que não faz sentido colocar em questão a gravidade do abuso que havia sofrido, ela poderia continuar apegada a sua confiança em suas crenças e em sua própria capacidade de avaliar a situação e o caso se trataria de apenas uma discordância entre agentes.

O *gaslighting* se trata de uma dúvida sistemática sobre crenças fundamentais da vítima. De modo que gradativamente, a confiança da vítima em suas próprias hincas começa a ser minada, na medida em que ela é exposta estrategicamente e repetidamente a situações em que, supostamente, aquilo que ela considerava como mais certo, foi considerado falso, ou sequer válido. Assim, na medida que a imagem de mundo da vítima, o fundamento de todas as perguntas e afirmações (Wittgenstein, 1969, §162), começa a ser aniquilada por conta das dúvidas em que está imersa, sua confiança em suas próprias capacidades acaba por ser deteriorada, ao ponto de sua capacidade de distinguir entre o verdadeiro e o falso, de dar e receber razões, de avaliar e dar justificativas, ou mesmo, de fazer sentido de suas próprias práticas, ser implodida.

Nesse sentido, se as dúvidas decorrentes do *gaslighting* só tomam dimensões tão graves na medida em que são internalizadas e reproduzidas na forma de dúvidas práticas, isso não significa dizer precisamente que um caso de *gaslighting* acontece somente quando as dúvidas provocadas pelo *gaslighter* ultrapassam o âmbito epistêmico? Afinal, não parece

coerente apontar que no *gaslighting* os danos epistêmicos são *consequências* de uma violação gramatical, e concluir que o tipo de injustiça presente no *gaslighting* seria proeminentemente epistêmica.

É importante ressaltar que estamos de acordo com a apresentação realizada por Trächtler sobre como se dão nossas dúvidas, como nossas práticas epistêmicas dependem de nossas certezas e sobre a possível classificação dos tipos de dúvidas. De maneira que endossamos sua conclusão a respeito de como é possível compreender o desespero que acomete vítimas de *gaslighting*, concebendo-o como uma consequência de dúvidas sistemáticas acerca de certezas que servem de regras que desempenham papel normativo e semântico em nossas práticas ao constituírem o seu significado e a partir das quais nós controlamos nossos jogos epistêmicos. Contudo, divergimos da autora precisamente na medida em que entendemos que direcionar a atenção para o fenômeno do *gaslighting* compreendendo-o enquanto uma injustiça prioritariamente epistêmica não faz justiça à distinção categorial entre certeza e conhecimento na epistemologia wittgensteiniana.

Ademais, é compreensível que a autora na tentativa de articular uma noção tão cara à epistemologia contemporânea como a de injustiça epistêmica com a filosofia pragmatista wittgensteiniana, possa ter realizado certas concessões à tradição da qual a Fricker está inserida. Contudo, entendemos que a compreensão de que o *gaslighting* representa um dano a alguém especificamente em sua capacidade enquanto agente epistêmico apresenta duas dificuldades conceituais proeminentes, de maneira que essa perspectiva 1) não é suficiente para explicar o que significa a experiência de perder a *certeza* em suas crenças mais fundamentais e 2) faz com que reconheçamos inadequadamente nosso sistema de crenças, nossas hinged, como pertencendo ao âmbito epistêmico do nosso discurso. Assim, é possível concluir que, diante do que foi exposto, o conceito geral de injustiça epistêmica tal qual formulado por Fricker é, em grande medida, insuficiente para lidar com casos que extrapolam o âmbito epistemológico, e que versam prioritariamente sobre nossas certezas mais básicas e não sobre nosso conhecimento, uma vez que estes são distintos categorialmente, se adotarmos uma visão wittgensteiniana da epistemologia¹⁴.

¹⁴ É crucial pontuar que não estamos de forma alguma menosprezando a relevância e seminalidade desse conceito cunhado pela Miranda Fricker. Como visto em textos como Spear (2018), McKinnon (2017), Berenstain (2020), e Omran e Yousafzai (2023), este conceito é capaz de nos fornecer uma chave de leitura extremamente produtiva para compreender fenômenos de injustiça. Contudo, o que argumentamos aqui se restringe a defender que Fricker e Wittgenstein possuem visões divergentes concernentes à natureza de nossas práticas epistêmicas e como elas se fundamentam. Isto é semelhante aos posicionamentos defendidos em textos como os de Raïd (2022) e Lobo (2022). Uma maior elaboração desse ponto talvez seja realizada em trabalhos futuros, posto que esta problemática está para além do escopo do presente trabalho.

3.2 GASLIGHTING COMO UMA FORMA DE VIOLÊNCIA GRAMATICAL

Ao passo que já apresentamos a argumentação da autora em função da compreensão do *gaslighting* enquanto uma forma de injustiça epistêmica e explicitamos nossa divergência concernente à incongruência entre suas reflexões e sua conclusão, estamos aptos a defender uma outra conceituação do fenômeno do *gaslighting*.

Isto posto, é curioso que Trächtler conclua por considerar que o *gaslighting* se trate apenas de um caso de injustiça, ao mesmo tempo que aponta o quão violenta esse tipo de prática é, como nas seguintes passagens: “[...] in *gaslighting*, the language game’s rules of ordinary discussions, which are defined by the framework of our epistemic practices, are *violated*: in a sense, it is playing ‘unfairly’ –and this is why *gaslighting* is an injustice of an epistemic nature” (Trächtler, 2022, p. 95, grifo nosso) e em:

People who experienced gaslighting often describe this as feeling like they are losing their mind, they are no longer knowing what is true and what is false, what they can rely on and what to think –in a sense, being successfully gaslit means to even lose the certainty of the *Cogito*. (ibid., p. 99, grifo da autora)

A violação das regras que fundamentam nosso jogo de linguagem cotidiano que ocorre no *gaslighting* não se trata de uma violência conceitual, no sentido de ser somente abstrata, mas de um ataque direto a todo um sistema de crenças¹⁵ com intenção de sistematicamente manipular e abalar um indivíduo. Fazer com que alguém ponha em questão a confiança que possui em sua memória, em sua capacidade de avaliar adequadamente situações, como nos casos de Iara e Ângela, presentes no exemplo 1 e 2, faz com que potencialmente seja encadeada uma série de autoquestionamentos generalizados a respeito de diversas outras crenças que uma pessoa possui, ao ponto que a vítima não consegue pensar em que mais pode confiar. Isto pode redundar num cenário ideal para que o *gaslighter* exerça forte controle sobre sua vítima. Este fato é explicitamente pontuado em um cenário hipotético criado Wittgenstein nas seguintes passagens:

“Se a minha memória me engana *aqui*, então ela pode me enganar a respeito de qualquer coisa.” Se não sei *isso*, como então eu sei se minhas palavras significam aquilo que acredito que elas significam? “Se isto me engana, então o que ainda quer

¹⁵ Sobre a forma com que nos valem de regras, critérios ou normas para avaliação de nossas práticas, destacamos o artigo *Satz als Bild und Satz als Maßstab: Sobre o desenvolvimento normativo de uma metáfora* (2021) de Silva. Apesar de versar sobre noções da fase intermediária da filosofia de Wittgenstein, acreditamos que as reflexões apresentadas em torno dos usos da metáfora da régua (*Maßstab*), especialmente o exame realizado na seção IV que aborda a interpretação de *Maßstab* enquanto norma ou parâmetro de avaliação, se adequam às reflexões presentes no *Sobre a Certeza*.

dizer“enganar”?” Em que é que posso confiar? (Wittgenstein, 2023, §506-508, grifo do autor)

Os impactos psicológicos do *gaslighting* são severos, podendo deixar sérias consequências em suas vítimas, ao ponto de autoras destacarem a possibilidade do ocasionamento de casos de depressão clínica e suicídio (Abramson, 2014, p. 23 e McKinnon, 2017, p.7). Diante disso, o conceito de injustiça não nos parece ser suficiente para exprimir as dimensões do mal que o *gaslighting* representa para suas vítimas. É, pois, um termo demasiadamente brando para um contexto demasiadamente severo.

Nesses termos, defendemos que a prática do *gaslighting* seja interpretada como um tipo de *violência*¹⁶. De modo que isso não se refere apenas a uma mera mudança terminológica, mas sim a uma proposta de abordagem mais adequada da gravidade dos danos decorrentes de casos de *gaslighting*. O que tentamos aqui é, portanto, fazer justiça à robustez dos danos resultantes dessa prática.

É interessante pontuar mais uma vez que apesar de não ser uma prática necessariamente sexista, notadamente mulheres tendem a ser o maior quantitativo dentre as vítimas. E na medida que caracteristicamente no *gaslighting* há a presença de manipulação e isolamento da vítima de modo a fazer com que a vítima, usualmente uma mulher, tenha suas ações e crenças manipuladas, possivelmente ocasionando em dano emocional e prejuízos à saúde mental, essa prática pode ser tipificada criminalmente enquanto um tipo de *violência* psicológica contra a mulher (cf. TJDFT, 2022).

Entretanto, pensamos que somente reconhecer a prática do *gaslighting* enquanto um tipo de *violência* psicológica não é suficientemente coerente com os objetivos filosóficos do presente trabalho, ainda precisamos localizar de que forma esse tipo de *violência* se enquadra dentro do quadro conceitual pragmatista wittgensteiniano. Nesse sentido, consoante às críticas apresentadas anteriormente, argumentamos que essa *violência* não deva ser compreendida como incidindo prioritariamente sobre o âmbito *epistemológico*, mas sim sobre o âmbito *gramatical*. Em outras palavras, no fenômeno do *gaslighting*, a *violência* não é prioritariamente direcionada ao conjunto de crenças verdadeiras da vítima, apesar de ter consequências epistêmicas também. O *gaslighting* implica em um ataque sistemático às regras básicas que articulam a capacidade de fazer sentido da vítima e de articular o significado de suas próprias práticas e do seu mundo. Assim, buscamos explicar o impacto psicológico do

¹⁶ Uma análise aprofundada sobre a *violência* psicológica presente no *gaslighting* pode ser vista no texto *Gaslighting como violência psicológica: compreendendo o fenômeno sob a ótica da Análise do Comportamento* (Moreira e Oliveira, 2023).

gaslighting enquanto não apenas epistêmico, mas prioritariamente gramatical, agindo sobre a formação e desintegração de sentido de nossas práticas mais comuns.

Para iniciar a fundamentação dessa visão, apresentamos as seguintes seções presentes no *Sobre a Certeza* (1969) onde Wittgenstein reflete sobre o que significaria a descoberta de que algo fundamental para nós, como o nosso o próprio nome, fosse falso: “Essa afirmação me parecia fundamental; se isso é falso, o que ainda é ‘verdadeiro’ e ‘falso’?! Se meu nome não é L. W., como posso confiar naquilo que se deve compreender por “verdadeiro” e “falso”?” (2023, §514-515). No trecho citado, é enfatizado que, num caso em que alguém tivesse dúvidas com relação às coisas mais fundamentais as quais acredita, essa pessoa não mais teria certeza quanto ao significado das palavras que articula, tais como “verdadeiro” ou “falso”, de modo que numa situação deste tipo, sequer faria sentido falar em verdade ou falsidade, pois a própria capacidade de veicular significado da pessoa teria sido comprometida.

Nesse contexto, o filósofo prossegue por questionar-se sobre a possibilidade de alguém ativamente incitar esse tipo de dúvida em outra pessoa, dúvidas a respeito de aspectos fundamentais de sua vida, e comenta que caso isso ocorresse, seria como tirar a pessoa de seus próprios eixos, desestabilizá-la profundamente, como questiona-se nas seguintes passagens:

Caso acontecesse algo (caso, por exemplo, alguém me dissesse algo) feito sob medida para despertar dúvidas em mim quanto a isso, então certamente também haveria algo que faria parecer duvidosos os fundamentos de tais dúvidas, e portanto eu poderia decidir manter minhas antigas crenças. Será que não seria possível, contudo, que acontecesse algo que me tirasse completamente dos trilhos? Uma evidência que me tornasse inaceitável aquilo que me é mais seguro? ou que tivesse o efeito de que eu pudesse por terra meus juízos mais fundamentais? (Se justificadamente ou não, é aqui completamente indiferente). (Wittgenstein, 1969, §516-517)

Dessa forma, entendemos que essa possibilidade mencionada por Wittgenstein adequa-se justamente ao que ocorre no *gaslighting*. Se estivermos corretos nesta leitura, isto tem como consequência que um caso de *gaslighting* bem sucedido pode ser interpretado como precisamente esse acontecimento capaz de fazer com que alguém seja retirado “completamente dos trilhos”. E não só fizesse com que colocasse em dúvida coisas, mas, sim, também ativamente rejeitasse seus “juízos mais fundamentais” em função de concordar com o que seja que o *gaslighter* esteja reivindicando. Tomemos, por exemplo, o fato de a vítima, às vezes, não confiar mais nem em si própria, nem em seus amigos mais próximos, como no exemplo de Iara.

Ainda sobre esse assunto, em outra seção, Wittgenstein afirma: “quem não tem certeza de nenhum fato também não pode ter certeza do sentido de suas próprias palavras” (ibid., §114). Num caso de *gaslighting*, onde as certezas de uma pessoa são abaladas sistematica e continuamente, ao ponto da vítima não saber mais o que serviria de prova para sanar as dúvidas que a acometem, sua confiança em sua própria capacidade de fazer sentido com suas palavras seria também minada. A partir do momento que a gramática, o conjunto de normas compartilhadas que articula o sentido de nossas práticas linguísticas, dos nossos jogos de linguagem cotidianos é atacada, a possibilidade de jogarmos esse jogo é suspensa. Isto acontece porque os parâmetros que regulamentam qualquer lance nesse jogo foram postos em dúvida. E o jogo deixa de acontecer. Dessa forma, podemos entender que tanto o sentimento de Ângela de que a repulsa que sentia por seu agressor não fazia sentido, quanto o sentimento de Iara de que não só fazia sentido desconfiar de si própria e de seus amigos, como também não fazia sentido desconfiar de seu namorado, são consequências diretas da violação, tácita ou não, das normas que articulam o significado de nossas práticas que ambas sofreram. Na dinâmica do *gaslighting*, o agressor ataca a gramática da vítima, a maneira como ela articula sentido em sua vida.

Com efeito, podemos reconhecer que a violência presente no *gaslighting* faz com que não somente sejamos atacados em nossa capacidade enquanto conhecedores, mas enquanto agentes racionais capazes de veicular significado através de nossas palavras. Os danos epistêmicos decorrentes do *gaslighting* são explicados enquanto *consequências* de uma violência ainda mais profunda: a violação que é solapar alguém enquanto agente racional, fazer com que alguém não se reconheça enquanto capaz de veicular significado, de fazer inferências significativas, de fazer sentido de suas práticas mais corriqueiras. Incitar alguém a pôr em dúvida sua própria capacidade de fazer sentido em suas asserções através da dúvida proposital e sistemática dos suas práticas mais cotidianas e dos seus métodos mais triviais de verificação de verdade, pode ser visto, em última instância, como a progressiva aniquilação proposital das hinged de sua vítima, ou seja, de seus parâmetros e critérios de julgamentos no mundo, e, portanto, representa um ataque maneiras possíveis que a vítima articula o sentido de seu cotidiano¹⁷. Dessa forma, a vítima de *gaslighting* se encontra em uma situação

¹⁷ Com relação ao uso do termo “aniquilamento”, fazemos eco a compreensão de qual seria o objetivo do *gaslighting* apresentada pela Abramson, a qual compreende que o caso paradigmático de *gaslighting* é “one in which the *gaslighter* wholeheartedly, constantly and consistently aims at the destruction [of] his or her target’s standing to issue challenges [...]” (2014, p.14, grifo da autora). Nesse sentido, estamos de acordo com o seguinte comentário apresentado por Spear quanto a esse tópico: “It would be possible to ‘destroy’ another’s standing to issue challenges by simply killing them, or administering mind-controlling drugs, or undermining her credibility with others in relevant social contexts, but the *gaslighter* wants more than this: he is specifically out to achieve a change of attitude in his victim towards herself” (2018, p. 7).

extremamente vulnerável, propensa a sanar suas dúvidas depositando toda sua confiança em seu agressor. Isto torna o *gaslighting* um tipo de violência difícil de ser identificada pela própria vítima e, uma vez reconhecida, ainda mais difícil de se libertar sem auxílio externo.

Ao passo que o *gaslighting* faz com que emergjam dúvidas práticas a respeito das hincas que fundamentam nossa própria capacidade de articular dúvidas significativamente, defendemos que o *gaslighting* seja melhor compreendido enquanto uma forma de *violência gramatical*. De modo que, mesmo reconhecendo a presença de uma série de elementos epistêmicos envolvidos nessa prática, estes devem, segundo nossa argumentação, ser entendidos como consequências da violência exercida sobre a gramática que articula o sentido das práticas mais básicas da vítima. A violência gramatical redundante, portanto, em um ataque também à capacidade da vítima de confiar em suas juízos mais básicos, o que consequentemente desarticula a sua própria capacidade de fazer sentido de si e do mundo em sua volta. Além disso, a confiança aqui referida se encontra para além de nossas práticas de justificação cotidiana, pois apesar de apresentar-se na forma de proposições empíricas, em verdade nossa autoconfiança em nossas capacidades cognitivas e racionais exerce o papel de fundamento, de norma, de parâmetro, pelo qual julgamos e realizamos nossas práticas epistêmicas. Dado isto, nos parece inadequada a atribuição de caráter meramente epistêmico a esse fundamento, pois “se o verdadeiro é o fundamento, então o fundamento não é *verdadeiro*, nem falso.” (Wittgenstein, 1969, §205, grifo do autor).

Não é por acaso que, notadamente, “characteristic cases of gaslighting involve multiple occurrences over a longer period of time, manipulation of the social environment of the gaslightee and (gradual) isolation of the gaslightee, which further attacks their epistemic self-trust” (Abramson 2014, 2). Assim, o isolamento que o *gaslighter* provoca em sua vítima é fator crucial para deixá-la vulnerável ao auto-questionamento severo e contínuo sobre sua própria confiança em suas crenças mais básicas. Contudo, para além da autoconfiança epistêmica que a autora aponta, os tópicos sobre os quais a confiança da vítima é abalada no *gaslighting* possuem estatuto gramatical em uma interpretação wittgensteiniana; da mesma forma que não “sabemos” o que Moore diz saber com certeza, mas apenas temos tais coisas como certas em nossas práticas linguísticas.

Nesse sentido, na medida que o *gaslighting* “involves a shift from the factual level of the conversation to the personal level by disqualifying the cognitive faculties of the other person and thus the basis of their utterances” (Trächtler, 2022, p. 94), e essa base, que não é nem verdadeira, nem falsa, se trata precisamente do solo que viabiliza nossas práticas linguísticas, podemos entender o *gaslighting* enquanto uma prática que incide sobre os

fundamentos das nossas fundamentações, sobre as normas que articulam o significado das nossas práticas linguísticas, ou seja, sobre nossa gramática. O *gaslighting* é, pois, uma forma de violência gramatical, antes de ser uma forma de injustiça epistêmica.

3.3 SOBRE O CARÁTER COLETIVO DA RESISTÊNCIA AO GASLIGHTING E DA CRIAÇÃO DE SENTIDO

Ao termos localizado a violência do *gaslighting* enquanto incidindo sobre nossa gramática, resta apontarmos o que significa uma possível interpretação da resistência a casos de *gaslighting*. A partir das implicações da proposta de conceituação do *gaslighting* acima exposta, notamos que só podemos abordar uma possível resistência a esse tipo de violência de maneira adequada ao levarmos em consideração prioritariamente elementos estruturais e comunitários, não individuais, no fenômeno. A reação a um ataque sistemático aos fundamentos de nossas práticas deve necessariamente levar em conta a própria dinâmica dessas práticas e de que maneira elas significam algo para nós a partir das regras dos jogos que jogamos, ou seja, a partir das regras de nossa gramática que articulam o sentido de nossa linguagem e demais práticas..

Dada a caracterização previamente apresentada na sessão 2.2 acerca de nossas práticas de duvidar, podemos perceber o papel central que o meio social no qual estamos inseridos desempenha na fixação do significado de nossas práticas. O significado de nossas expressões linguísticas não é somente público, mas também comunitário. Em outras palavras, além de nossos usos conceituais serem articulados através de significados que são compartilhados por todos jogadores habilidosos de qualquer que seja o jogo em questão, eles também são permeados por elementos afetivos e dinâmicas de poder relativos aos grupos sociais específicos que fazemos parte.

Nesse contexto, consideramos importante retomar a expressão “playing unfairly” utilizada por Trächtler (2022, p. 95) para se referir à prática do *gaslighting*. Para além de questionar de maneira ilegítima e violenta as certezas da vítima, o *gaslighter* “joga sujo” também na medida que sabota sistematicamente certezas consideradas bastante significativas para a vítima, nas quais estão depositadas bastante engajamento afetivo. Estamos comprometidos com e engajamos em práticas a partir de determinadas certezas, de maneira que se somos levados a colocar em questão tais certezas, sequer veríamos sentido em engajar em muitas das práticas que antes julgávamos tão significativas.

Não é por acaso que casos característicos de *gaslighting* envolvem o isolamento da vítima. Quanto mais isolado o indivíduo estiver, provavelmente mais dificuldade terá de resistir normativamente aos avanços progressivos do agressor em sua imagem de mundo, ou seja, em suas certezas fulcrais que organizam e articulam os significados de sua vida. Analogamente, quanto mais inserido e reconhecido em uma rede de apoio que sustenta normativamente sua imagem de vida, maior será a capacidade do indivíduo resistir normativamente aos ataques sistemáticos às suas certezas fulcrais.

Assim, vale notar que mesmo que ainda que requeira uma boa parte de agência do sujeito, a resistência normativa ao *gaslighting* enquanto violência gramatical contra uma imagem de mundo deve ser estruturalmente social, ou melhor, coletiva. Numa epistemologia wittgensteiniana, público/social se contrapõe, com frequência, a individual/privado. Neste sentido, a rede de apoio da vítima deveria ajudá-la a resistir aos ataques gramaticais, ou seja, deveria ajudar a vítima a desenvolver mais resistência gramatical e mais autodefesa normativa aos ataques do *gaslighter*. A defesa de um ataque gramatical, em função da frequente assimetria de poder e acesso a recursos entre as partes, deve redundar também no fortalecimento e resistência normativos do grupo a que pertence a vítima ou alvo do *gaslighter*. Desta forma, a auto-defesa gramatical do alvo do *gaslighter* deve significar também a resistência normativa e gramatical do grupo oprimido. Em outras palavras, a rede de apoio da pessoa oprimida deve servir como rede de confirmação e critérios de suas capacidades de fazer sentido e de jogar os jogos usuais a partir das regras usuais que articulam e fixam o significado de suas práticas mais cotidianas. Esta rede de apoio gramatical pode proteger normativamente a vítima da violência do *gaslighting* ao fortalecer estratégias de (auto)defesa gramatical de suas certezas fulcrais mediante ataques sistemáticos ao sentido de sua imagem de mundo.

Vale também notar que grupos minorizados, com frequência, ao longo da história, também entendem que sua estratégia de sobrevivência deve, de forma direta ou indireta, estar intimamente ligada à resistência normativa de suas práticas e de suas convicções mais fundamentais sobre o mundo à sua volta. Nesse sentido, é esperado que grupos minorizados observem a necessidade, frente a opressões sistêmicas, de também se "aquilombarem" normativamente, a fim de resistir à pressão sistemática imposta por estruturas hegemônicas e opressoras e, simultaneamente, proteger suas formas de vida. Do mesmo modo, os povos originários, por exemplo, podem enfrentar o colonialismo enquanto expressão de violência gramatical, além da violência física, protegendo-se também normativamente ao se mobilizarem em torno de suas próprias normas, epistemologias e imagem de mundo. A

proteção desses grupos deve, portanto, corresponder a uma espécie de aquilombamento gramatical, e portanto, normativo. Isto significa, em outras palavras, transcender os aspectos meramente físicos, geográficos e epistêmicos da resistência, abrangendo também a esfera normativa de suas vidas — isto é, devem proteger seu sistema de regras, valores, métodos, critérios, modos de existência, ou seja, seu sistema ancestral e coletivo de produção de sentido do mundo à sua volta.

4 CONCLUSÃO

Ao observarmos as implicações oriundas dos apontamentos da epistemologia wittgensteiniana de que existe uma diferença categorial entre certeza e conhecimento, pudemos delinear o que significa dizer que as perguntas que fazemos, as justificativas que fornecemos, as dúvidas que levantamos, os critérios que usamos, somente fazem sentido na medida em que são reconhecidas enquanto possíveis lances linguísticos significativos dentro de nossa gramática pública. Nesse sentido, algo que venha a fazer com que um indivíduo ponha em dúvida, de maneira sistemática e contínua, certezas que fundamentam nosso jogo de linguagem cotidiano, conseqüentemente, também põe em dúvida a capacidade desse indivíduo de jogar o jogo, ou seja, de participar de nossas práticas regradas cotidianas. Isto tem como consequência, fazer com que o mesmo chegue ao ponto de se enxergar, em muitos casos, enquanto irracional, doente, ou mesmo louco. E essa é precisamente a situação com a qual nos deparamos nos *gaslighting*.

Desse modo, foi possível concluir que atrelar ao *gaslighting* o estatuto de injustiça epistêmica é insuficiente em relação ao quão nociva essa prática realmente pode ser. No *gaslighting*, tudo se passa como se a vítima não somente cortasse o galho no qual está sentada¹⁸, como também não conseguisse cair no solo, muitas vezes permanecendo suspensa no ar sem ter ao que se agarrar, a não ser à mão estendida para ela de seu agressor, que garante segurança para ela, mas que, em verdade, foi quem sugeriu e forneceu material para que inicialmente a vítima cortasse seu próprio galho de sustentação. Nessa metáfora, fica implícito o papel possível da presença de outras pessoas no processo de resistência gramatical ao ataque normativo empreendido pelo agressor. Isto porque, ao não se compactuar com o que é reiterado enfaticamente pelo *gaslighter*, é necessário apoio normativo à vítima, ou seja, uma ação coordenada de preservação de suas certezas fulcrais e de sua capacidade de fazer sentido

¹⁸ No presente contexto, estamos notadamente nos valendo da metáfora apresentada na seção §55 das *Investigações Filosóficas* (1953).

em seu próprio mundo. Esta estratégia coletiva deve resultar na resistência normativa à violência gramatical do gaslighting. A relevância da presença de uma rede de apoio composta de outros agentes de confiança para lidar com casos de gaslighting diz respeito, inspirados na filosofia wittgensteiniana, ao caráter público e coletivo da gramática que fundamenta e articula o significado, regras, critérios e valores de nossas interações sociais e epistêmicas, assim como de nossa imagem de mundo. A autodefesa gramatical deve, portanto, passar pela resistência normativa de uma imagem de mundo pelo grupo relevante de pessoas que a constitui; de maneira que, em continuidade com a metáfora apresentada, a partir da rede apoio formada por essas pessoas, a vítima de *gaslighting* pode novamente se sustentar e recuperar sua autonomia acerca de suas certezas mais fundamentais.

Por fim, concluímos que apesar de concordarmos com a série de reflexões apresentadas pela Trächtler ao longo do texto a respeito da natureza de nossas dúvidas, divergimos precisamente na medida em que enfatiza os danos causados pelo gaslighting enquanto primariamente epistêmicos. Em contraposição, argumentamos que ao destacarmos que a violência presente no gaslighting possui caráter distintamente gramatical, por incidir em nossas certezas mais fundamentais (hinge), passamos a compreender mais adequadamente o que significa a razão de tantos danos psicológicos e da experiência angustiante de perda da capacidade gramatical de fazer sentido de seu próprio mundo e de resistir normativamente ao gaslighting.

REFERÊNCIAS

- ABRAMSON, K. **Turning Up the Lights on Gaslighting**. *Philosophical Perspectives*. v. 28, p. 1–30, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/phpe.12046>.
- BERENSTAIN, N. White feminist gaslighting. *In: Hypatia*, v. 35, n. 4, p.733-758, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/hyp.2020.31>
- CALEF, V; WEINSHEL, E, M. Some Clinical Consequences of Introjection: Gaslighting. *In: The Psychoanalytic Quarterly*, v. 50, n. 1, p. 44–66, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1080/21674086.1981.11926942>
- DAVIS, A. M; ERNST, R. Racial gaslighting. *Racial gaslighting. Politics, Groups, and Identities*, v. 7, n. 4, p. 761-774, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/21565503.2017.1403934>.
- DESCARTES, R. **Meditações sobre filosofia primeira**. Tradução de Fausto Castilho. 1. ed. Campinas: Unicamp. 2000.

FRICKER, M. **Epistemic Injustice: Power and Ethics of Knowing**. New York, NY: Oxford University Press, 2007.

_____. Evolving Concepts of Epistemic Injustice. In: I. Kidd, J. Medina & G. Pohlhaus, eds., **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. London: Routledge, p. 53-60, 2017.

“GASLIGHT”. In: APA Dictionary of Psychology. Washington, D.C., 2023. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/gaslight>. Acesso em: 29 fev. 2024.

LOBO, C. Speaking silences: a wittgensteinian inquiry into hermeneutical injustice. *n*: LAUGIER, P; PROVOST, M; TRÄCHTLER, J. (ed.). **Nordic Wittgenstein Review**, Special Issue: Wittgenstein and Feminism, p. 50-74, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15845/nwr.v11.3643>

MOREIRA, J. L. de F. M.; OLIVEIRA, P. G. Gaslighting como violência psicológica: compreendendo o fenômeno sob a ótica da Análise do Comportamento. **Perspectivas Em Análise Do Comportamento**, v. 14, n.1, p. 49–67, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18761/pac29a09>.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto Dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MCKINNON, R. Allies Behaving Badly: Gaslighting as Epistemic Injustice. In: I. Kidd, J. Medina & G.Pohlhaus, eds. **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. London: Routledge, 2017, p. 167–174.

MOORE, G. E. **A Defense of Common Sense**. In: Philosophical Papers. London: George Allen & Unwin Publishers, 1959a.

_____. **Proof of an External World**. In: Philosophical Papers. London: George Allen & Unwin Publishers, 1959b.

_____. **Prova de um mundo exterior**. In: Coleção: Os Pensadores. Tradução de Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

_____. **Uma defesa do senso comum**. In: Coleção: Os Pensadores. Tradução de Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985b.

MOYAL-SHARROCK, D. Wittgenstein on Knowledge and Certainty. In: GLOCK, HANS-JOHANN; HYMAN, J. (ed.). **A Companion to Wittgenstein**. New Jersey: John Wiley & Sons, Ltd., p. 547-562, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118884607.ch35>.

OMRAN, W; YOUSAFZAI, S. Navigating the twisted path of gaslighting: a manifestation of epistemic injustice for Palestinian women entrepreneurs. **Human Relations**, 20 nov. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/00187267231203531>.

RAÏD, L. Linguistic injustice - the fragility of women's and girls' voices in sexist contexts. In: LAUGIER, P; PROVOST, M; TRÄCHTLER, J. (ed.). **Nordic Wittgenstein Review**, Special Issue: Wittgenstein and Feminism, p. 34-49, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15845/nwr.v11.3639>

RUIZ, E. Cultural gaslighting. **Hypatia**, v. 35, n. 4, p. 687 - 713, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/hyp.2020.33>.

SILVA, M. Satz als bild und satz als maßstab: sobre o desenvolvimento normativo de uma metáfora. *In: ANALYTICA*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 252-270, jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35920/1414-3004.2021v25n2-2p84-102>.

SPEAR, A. Epistemic Dimensions of Gaslighting: Peer-Disagreement, Self-Trust, and Epistemic Injustice. *Inquiry*, v. 66, n. 1, ago. p. 68-91, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2019.1610051>.

STARK, C, A. Gaslighting, misogyny, and psychological oppression. *The Monist*, v. 102, n. 2, p. 221–235, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/monist/onz007>.

VIOLÊNCIA psicológica. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF**, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-sem-anal/violencia-psicologica>. Acesso em: 04 fev. 2024.

TRÄCHTLER, J. From doubt to despair – a wittgensteinian perspective on gaslighting. *In: LAUGIER, P; PROVOST, M; TRÄCHTLER, J. (ed.). Nordic Wittgenstein Review*, Special Issue: Wittgenstein and Feminism, p. 75-102, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15845/nwr.v11.3632>.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução de Giovane Rodrigues, Tiago Trajano. São Paulo: Fósforo, 2022.

_____. **On certainty/ über Gewissheit**. Tradução de G. E. M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____. **Sobre a certeza**. Tradução de Giovane Rodrigues, Tiago Trajano. São Paulo: Fósforo, 2023.